



Número: **0800102-54.2019.8.18.0031**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba**

Última distribuição : **17/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.775,00**

Assuntos: **Seguro, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUIZ CARLOS BARBOSA (AUTOR)			
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22810017	10/12/2021 16:32	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

Vara Cível da Comarca de Parnaíba

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

PROCESSO Nº: 0800102-54.2019.8.18.0031

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro, Seguro]

AUTOR: LUIZ CARLOS BARBOSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Na presente ação, objetiva-se o pagamento de diferença de indenização por acidente automobilístico baseado na Lei nº. 6.194/1974 (Lei do Seguro DPVAT).

Sobre tal aspecto, deduzo impertinente a oitiva de testemunha em audiência, como pretendeu o requerente na petição de ID nº. 11897524, visto que a questão em debate gravita em torno da (in)correção do enquadramento da incapacidade constatada pela ré administrativamente e o montante do pagamento respectivo, o que haverá de ser apurado, longe de dúvidas, em sede do trabalho pericial requerido pela parte ré.

Assim sendo, dada a impertinência da prova testemunhal, **INDEFIRO** o pedido de ID nº. 11897524.

Intime-se.

Ademais, assentada a indispensabilidade da prova técnica requerida pela seguradora ré, **OFICIE-SE** ao IML local, requisitando a realização do exame em comento.

Em seguida, INTIMEM-SE as partes, advertindo-se, pessoalmente, à parte autora que deverá comparecer no local designado acompanhada de laudos médicos recentes e exames, inclusive os que instruem este processo.

Registre-se que os litigantes poderão indicar assistentes técnicos e formular quesitos, em 05 (cinco) dias, caso ainda não apresentados.

As partes deverão estar acompanhadas de cópias dos quesitos juntados aos autos na data marcada para a perícia.

Os assistentes técnicos, por seu lado, oferecerão manifestação, no prazo comum de 10 (dez) dias, após a apresentação do laudo pericial.

Juntado os laudos e decorrido o prazo acima, INTIMEM-SE as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, apresentarem razões finais escritas, ocasião em que deverão também falar a respeito do resultado da perícia.



PARNAÍBA-PI, 10 de dezembro de 2021.

JOSÉ AIRTON M. DE SOUSA
Juiz de Direito

